



## O FIM DOS MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS: HUMANIZAÇÃO OU JUSTIÇA?

FLÁVIA FERNANDES FONSECA; IONARA COELHO ARAUJO; JONAS HENRIQUE DE PAULA SOUZA NETTO; SÉRGIO VITOR PEREIRA MELQUIADES

**Introdução:** O fechamento dos manicômios judiciais é uma temática que ganha amplitude de discussão a partir de uma perspectiva histórica, política e social. A Reforma Psiquiátrica instituída pela lei n. 10.216/2001 possibilitou o fim dos manicômios, e introduziu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais redimensionando os cuidados em saúde mental. Recentemente, a CNJ 487/2023 introduziu a política antimanicomial do poder judiciário, estabelecendo um prazo para o fechamento desses manicômios. **Objetivo:** Consiste em discutir o processo de desinstitucionalização e às repercussões nas políticas de saúde mental. **Materiais e Métodos:** Revisão bibliográfica utilizando como base de dados Scielo, CAPES Periódicos, Lilacs, publicações da Universidade de São Paulo (USP) e resoluções do Conselho Nacional de Justiça. Artigos em português, com máximo de 10 anos de publicação incluindo os temas sobre saúde mental na reforma psiquiátrica. **Resultados:** O fechamento dos manicômios e a transição para a Reforma Psiquiátrica têm sido temas centrais no campo da saúde mental nas últimas décadas. Essa mudança de paradigma visa desinstitucionalizar os pacientes psiquiátricos, oferecendo um cuidado mais humanizado considerando as relações desses indivíduos com a sociedade. No entanto, essa transição trouxe desafios significativos. O fechamento dos manicômios levanta a questão crucial, constantemente em debate, que envolve a moradia ou residência desses pacientes após a desospitalização. Muitos deles podem acabar sem um lugar adequado para receber cuidados contínuos. (Sem referência de moradia, e não possuem contato algum com os familiares tornando-se o hospital, a única referência de abrigo, cuidado e acompanhamento), tendo o aumento significativo de pacientes em situação de rua ou encarcerados. Nota-se a falta de preparo das RAPS (Redes de Atenção Psicossocial) em suas estruturas físicas e seus profissionais pouco especializados para receber a transição. **Conclusão:** A reforma psiquiátrica é um processo contínuo que exige reflexão constante sobre como melhorar o cuidado em saúde mental e promover os direitos humanos. Enquanto avançamos para um sistema mais inclusivo e humanizado, é necessário considerar cuidadosamente quando e como fechar as instituições, bem como trabalhar na humanização das que permanecem, sempre com o objetivo de oferecer apoio adequado e respeitoso às pessoas com transtornos mentais.

Palavras-chave: **DESINSTITUCIONALIZAÇÃO; REFORMA PSIQUIÁTRICA; MANICÔMIOS; REDES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL; SAÚDE MENTAL**